

# DOC.21

- Ofício nº 496/2019 e Anexos I e II

RECEBEMOS  
25 / 10 / 2019  
SEFAZ - Tesouraria  
16:10hs

**OFÍCIO SEFAZ Nº 496/ 2019**

Araguaína /TO, 25 de outubro de 2019.

A sua Senhoria, o Senhor  
**CARLOS MURAD**

Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do Município de Araguaína – TO

**Assunto: Encontro de contas e substituição do OFÍCIO SEFAZ Nº 491/ 2019.**

Senhor Presidente,

Após cumprimentá-lo cordialmente, a Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Araguaína informa a substituição do **OFÍCIO SEFAZ Nº 491/ 2019** de 21 de outubro de 2019 e apresenta as novas planilhas de cálculos relativos aos efeitos da revogação do Decreto nº 115/2010 e Lei 2.324/2004 em vigor.

Considerando o restabelecimento do percentual de custeio do Ente em 16,00%, houve uma majoração indevida de 6,00% desde novembro de 2010 a agosto de 2019, nos termos da consulta SPREV – Secretaria de Políticas de Previdência Social, Gescon L 023263/2019, que passa a ser exposto:

As planilhas demonstram os valores de diferenças de contribuições de custeio do Ente de R\$ 77.834.267,72 e da Câmara Municipal no valor de R\$ 456.462,26, que foram pagas ou parceladas a maior, referentes a diferença de alíquota de 6% de acordo ao anexo I.

Informamos que esses valores estão atualizados até 31/10/2019, com IPCA, 1,00% de juros ao mês e multa de 2,00% nos termos do art. 1º, § 2º da Lei Municipal nº 3.045 de 03 de julho de 2017.

O valor devido pelo Município de Araguaína ao Instituto de Previdência dos servidores do Município de Araguaína é de R\$ 19.808.339,40 devidamente calculado nos termos da Lei utilizada para os cálculos das contribuições pagas ou parceladas e atualizadas até 31/10/2019.

Os parcelamentos em atraso somam o valor de R\$ 14.754.633,86, valor atualizado na data de 17/10/2019.

As somas dos valores do Executivo e Legislativo são R\$ 78.290.729,98. Deduzindo os valores devidos de R\$ 34.562.973,26, permanece saldo positivo de R\$ 43.727.756,72, para repassar ao Executivo Municipal.

Diante de todo o exposto e planilhas de cálculos anexadas, a Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Araguaína, requer análise e anuência do Instituto de previdência e assistência dos servidores do Município de Araguaína - IMPAR, para com os cálculos apresentados.

Disponíveis para outros esclarecimentos, que eventualmente ocorram, reitero os protestos de estimas e distintas considerações.

Atenciosamente,




**FABIANO FRANCISCO DE SOUZA**

Secretário Municipal da Fazenda

Portaria:004/17

RECEBEMOS  
25 / 10 / 2019  
SEFAZ - Tesouraria  
16: 10 h







<b>ANEXO II - PLANILHAS VALORES A PAGAR AO IMPAR - CACULADO ATÉ 31/10/2019</b>					
mes/ano	principal	juros 1%	atualização	multa 2%	TOTAL A PAGAR
ago/18	1.258.090,93	173.441,59	42.617,03	25.161,82	1.499.311,37
set/18	1.251.242,41	159.061,59	36.205,28	25.024,85	1.471.534,13
out/18	1.235.781,65	143.475,74	30.061,62	24.715,63	1.434.034,64
nov/18	1.224.025,07	130.101,77	32.414,15	24.480,50	1.411.021,49
dez/18	1.223.746,39	117.334,61	30.525,37	24.474,93	1.396.081,30
13º sal	1.235.688,06	280.591,00	78.260,21	24.713,76	1.619.253,03
jan/19	1.190.537,76	100.825,05	25.804,71	23.810,76	1.340.978,28
fev/19	1.298.055,07	97.121,02	22.456,93	25.961,10	1.443.594,12
mar/19	1.251.946,64	80.074,73	12.178,30	25.038,93	1.369.238,60
abr/19	1.333.786,63	71.707,62	5.341,37	26.675,73	1.437.511,35
mai/19	1.274.476,56	55.607,44	8.456,05	25.489,53	1.364.029,58
jun/19	1.276.014,10	42.919,06	3.318,77	25.520,28	1.347.772,21
jul/19	1.289.304,93	30.381,79	901,95	25.786,10	1.346.374,77
ago/19	1.285.269,47	17.143,78	514,11	25.705,39	1.327.604,53
set/19					
<b>SOMA</b>	<b>17.627.965,67</b>	<b>1.499.786,79</b>	<b>328.027,63</b>	<b>352.559,31</b>	<b>19.808.339,40</b>
<b>PARCELAMENTOS</b>					<b>14.754.633,86</b>
<b>TOTAL</b>					<b>34.562.973,26</b>

**RECEBEMOS**  
 25 / 10 / 2019  
 SEFAZ - Tesouraria  
  
 IG: 10/15

# DOC.22

**- Anexo II – Planilha com valores a pagar ao IMPAR**

ANEXO II - PLANILHAS VALORES A PAGAR AO IMPAR - CACULADO ATÉ 31/10/2019					
mes/ano	principal	juros 1%	atualização	multa 2%	TOTAL A PAGAR
ago/18	1.258.090,93	173.441,59	42.617,03	25.161,82	1.499.311,37
set/18	1.251.242,41	159.061,59	36.205,28	25.024,85	1.471.534,13
out/18	1.235.781,65	143.475,74	30.061,62	24.715,63	1.434.034,64
nov/18	1.224.025,07	130.101,77	32.414,15	24.480,50	1.411.021,49
dez/18	1.223.746,39	117.334,61	30.525,37	24.474,93	1.396.081,30
13º sal	1.235.688,06	280.591,00	78.260,21	24.713,76	1.619.253,03
jan/19	1.190.537,76	100.825,05	25.804,71	23.810,76	1.340.978,28
fev/19	1.298.055,07	97.121,02	22.456,93	25.961,10	1.443.594,12
mar/19	1.251.946,64	80.074,73	12.178,30	25.038,93	1.369.238,60
abr/19	1.333.786,63	71.707,62	5.341,37	26.675,73	1.437.511,35
mai/19	1.274.476,56	55.607,44	8.456,05	25.489,53	1.364.029,58
jun/19	1.276.014,10	42.919,06	3.318,77	25.520,28	1.347.772,21
jul/19	1.289.304,93	30.381,79	901,95	25.786,10	1.346.374,77
ago/19	1.285.269,47	17.143,78	-	25.705,39	1.327.604,53
set/19					
<b>SOMA</b>	<b>17.627.965,67</b>	<b>1.499.786,79</b>	<b>328.027,63</b>	<b>352.559,31</b>	<b>19.808.339,40</b>
PARCELAMENTOS					14.754.633,86
<b>TOTAL</b>					<b>34.562.973,26</b>

**RECEBEMOS**  
 25 / 10 / 2019  
 SEFAZ - Tesouraria  
  
 16:10 hs



# DOC.23

**- Ata da Reunião Extraordinária do Instituto de Previdência**

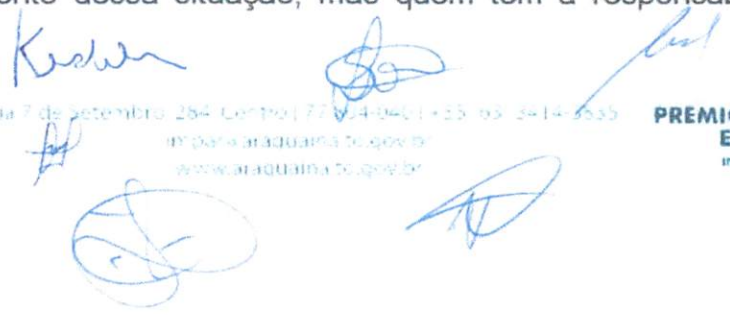
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
DIA 29 DE OUTUBRO DE 2019

Ata de reunião extraordinária do Instituto de Previdência, realizada aos 29 dias do mês de outubro na sala de reuniões, cito a Rua José de Brito nº 158, Setor Anhanguera em Araguaína – TO.

Reunião convocada pelo ofício nº 273 de 23 de outubro de 2019. A presente reunião tem como pauta principal tornar conhecido aos conselheiros deliberativo, o **encontro de contas entre o Ente e o Impar**, proveniente da revogação do Decreto 115 de 2010, e Lei Municipal 2324 de 2014 em vigor.

Assim, o presidente declara a reunião aberta e passa a fazer a leitura do ofício da secretaria da Fazenda, expondo o assunto em tela e as planilhas anexas.

Sr. Keslon faz a leitura do ofício dando início a reunião. Sr. Carlos lembrou que o Conselho não tem autorização para fazer as compensações pedidas no ofício, depende de autorização do Ministério da Previdência, João Pedro colocou que houve uma alteração na alíquota de 22% do decreto 115-2010 onde foi dada nulidade através do decreto 162 do dia 08 de agosto de 2019, com efeito ex. tunc. Keslon achou o pedido errado, pois o Impar sai de credor para devedor, segundo ele não teve acréscimo para o servidor, apenas o patronal, também alegou que o Ministério aceitou e assinou na época. Carlos colocou que entendeu que o Impar arrecadou o que estava no Decreto. Osanan colocou que entendeu que a Fazenda está apenas informando da necessidade do pagamento da compensação, mas não especifica como será feito isso. Silvinha colocou que a nota técnica reconhece que há prováveis inconstitucionalidades, deixando dúvidas, disse que não podemos fazer algo em cima dessa situação. Keslon colocou que o IMPAR continua tendo créditos com o Município, falou das reponsabilidades desse conselho com todos esses servidores. Carlos colocou que não acredita em compensação por parcelamento. Colocou que o Impar tem conhecimento dessa situação, mas quem tem a responsabilidades de



resolução dessa situação e da Secretaria da Previdência. Silvinha colocou que a nota técnica deixou dúvidas, não está muito clara. João Pedro colocou que a Secretaria quer um parecer do Conselho Deliberativo para se tomar uma decisão. Petrônio, colocou que de acordo com as informações contidas na norma técnica reconheço o erro de vício material e sugere que sejam encaminhados para anuência da previdência para que não aja prejuízo para o Instituto e nem impeça o Município de receber certificado de regularidade previdenciária. Após exposição do Ofício Sefaz 496, de 25 de outubro de 2019, o Conselho Deliberativo composto por Silvinha, Keslon, Petrônio e João Antônio expõe sua opinião sobre a decisão em tela. Reconhecemos os vícios do Decreto, com base na resposta da consulta número: LO23263-2019 que trata sobre a não liberação da CRP que impede a execução do projeto em tela, foi manifestado por esta Secretaria de Políticas da Previdência Social-GESCON- Gestão de Consultas, que diz que o Decreto 115-2010 que fixa a alíquota de contribuição Previdenciária para fins de custeios das obrigações patronais do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Araguaína e de outras providências, posto isso ausente permissivo legal para o esclarecimento de alíquotas por meio de decreto, caracteriza-se vício material relativo ao conteúdo veiculado por tal espécie normativa, a macular sua validade. Com base na manifestação exarada pela Coordenação de Orientação e informações Técnicas –CGNAL, no dia, 03-10-2019 em resposta à consulta sobre RPPs - número: LO23263-2019, que conclui neste termo: Posto isso ausente o permissivo legal para o estabelecimento de alíquota por meio de Decreto, caracteriza-se vício material relativo ao conteúdo veiculado tal, a macular sua validade. Esta SERPC-COAAT-CGACI, adota o procedimento de excluir do sistema CADPREV, o custeio do ENTE de 22%, previsto no Decreto Municipal número 115-2010 que outrora fora registrada em 28-10-2010, reestabelecendo o custeio do ENTE em 16%, previsto na Lei Municipal número 2324-2004. **Este Conselho reconhece a Nota Técnica e propõe a verificação das planilhas constadas no Ofício SEFAZ 491-2019, para constatação dos valores apresentados. O conselho remete as planilhas para o Impar para as devidas conferências. Conferido os valores**

*Keslon*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

a Diretoria executiva emitira um parecer definitivo sobre os eventuais valores a ser compensados. Nanda mais havendo a ser tratado a presenta ata sera assinado pelo presidente os conselheiros e diretoria.

*[Handwritten signatures and notes in blue ink]*  
Kelson Borges Roemer,  
Raimundo Pardo  
São Paulo 11.9.2011

# DOC.24

- Parecer nº 57/2019

**Assunto: ENCONTRO DE CONTAS**

**Interessados: Município de Araguaína e IMPAR**

**PARECER Nº 057/2019**

A Secretaria da Fazenda do Município de Araguaína, solicitou a este Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Araguaína, através do OFÍCIO nº 496/2019, a análise e anuência quanto às Planilhas de Cálculos apresentadas, referente às diferenças resultantes da majoração de 6%(Seis por cento) na alíquota de contribuições de custeio do Município de Araguaína, estabelecida em 16%(Dezesseis por cento).

No entanto, cumpre esclarecer, que a referida majoração no percentual de 6%(Seis por cento), se originou dos efeitos gerados pelo Decreto Municipal nº 115/2010, cujo teor registrou de forma equivocada, o percentual de custeio do Município de Araguaína em 22%(Vinte e dois por cento), quando deveria ser 16%(Dezesseis por cento), a qual vigorou no período compreendido entre novembro de 2010 a agosto de 2019.

Sendo constatado o equívoco no percentual da alíquota, foi editado o Decreto Municipal nº 162, de 08 de agosto de 2019, revogando o Decreto Municipal nº 115/2010, o que resultou na diferença de alíquota de 6%(Seis por cento), recolhida no período compreendido entre novembro de 2010 a agosto de 2019, considerada indevida nos termos da Consulta SPREV-Secretaria de Políticas de Previdência Social, GESCON L. 023263/2019.

As Planilhas de Cálculo apresentadas a este Instituto, registram as diferenças de custeio do Ente, pagas a maior, em razão da majoração de 6%(Seis por cento), correspondente ao valor de R\$ 77.834.267,72 do Ente e no valor de R\$ 456.462,26 da Câmara Municipal, totalizando R\$ 78.290.729,98, atualizados pelo IPCA até 31 de outubro de 2019, acrescido de juros de 1%(Hum por cento) ao mês e multa de 2%(Dois por cento), nos termos do previsto no art. 1º, § 2º, da Lei Municipal nº 3.045 de 03 de julho de 2017.

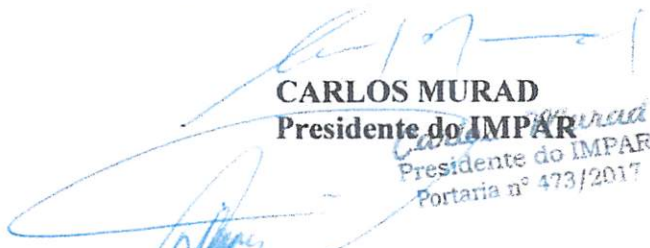
Referidas Planilhas ainda registram que os parcelamentos em atraso somam o valor de R\$ 14.754.633,86, devidamente atualizado até 17-10-2019, pelo que, deduzindo os valores devidos pelo Município de Araguaína a este Instituto no valor de R\$ 34.562.973,26, do montante apurado de R\$ 78.290.729,98, ainda se constata um crédito a ser repassado ao Município, no valor de R\$ 43.727.756,72.

Em razão das Planilhas de Cálculos apresentadas pela Secretaria Municipal da

Fazenda, foi convocada por este Instituto, uma Reunião Extraordinária com o Conselho Deliberativo, colocando em pauta o Encontro de Contas entre o Ente e este Instituto, o qual deliberou e reconheceu o equívoco na majoração de 6%(Seis por cento) da alíquota, mas solicitou a análise das Planilhas de Cálculos pela Diretoria Executiva deste Instituto para as devidas conferências, e emissão do Parecer definitivo sobre os eventuais valores devidos.


Os cálculos apresentados foram conferidos e anuídos por esta Diretoria Executiva, conforme constam nas Planilhas de Cálculos anexas e serão encaminhadas à Secretaria de Previdência via GESCON, para conhecimento.

É o Parecer.



**CARLOS MURAD**  
Presidente do IMPAR

Presidente do IMPAR  
Portaria nº 473/2017



**JOÃO PEDRO MIRANDA DOS REIS**  
Diretor Financeiro do IMPAR

João Pedro Miranda dos Reis  
Diretor Financeiro do IMPAR  
Portaria nº 461/2017



**OSANAN MOURA DOS SANTOS**  
Diretor Administrativo do IMPAR

Osanan Moura dos Santos  
Diretor Administrativo do IMPAR  
Portaria nº 462/2017

# DOC.25

- Protocolo nº L028590/2019



**Detalhe da Consulta sobre RPPS - Número: L028590/2019****Dados da consulta**

<b>Número</b>	<b>Assunto</b>	<b>Assunto Específico</b>
L028590/2019	Parcelamento de Débitos	Parcelamento de Débitos analisados em auditoria direta
<b>Ente Federativo / UF</b>	<b>Data de cadastro</b>	<b>Situação</b>
Araguaína / TO	31/10/2019	Aguardando Resposta
<b>Última mudança de situação</b>		
31/10/2019		

**Contexto**

Encaminhada, Ofício, Ata de Reunião do Conselho e Parecer

**Manifestação de entendimento**

**Detalhe da Consulta sobre RPPS - Número: L028590/2019**

[Empty response area for the 'Manifestação de entendimento' section]

**Questionamento**

Como se dará compensação de diferença de majoração de salário?

[Empty response area for the 'Questionamento' section]

# DOC.26

- Parecer nº 57/2019

**Assunto: ENCONTRO DE CONTAS**

**Interessados: Município de Araguaína e IMPAR**

### **PARECER Nº 057/2019**

A Secretaria da Fazenda do Município de Araguaína, solicitou a este Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Araguaína, através do OFÍCIO nº 496/2019, a análise e anuência quanto às Planilhas de Cálculos apresentadas, referente às diferenças resultantes da majoração de 6%(Seis por cento) na alíquota de contribuições de custeio do Município de Araguaína, estabelecida em 16%(Dezesseis por cento).

No entanto, cumpre esclarecer, que a referida majoração no percentual de 6%(Seis por cento), se originou dos efeitos gerados pelo Decreto Municipal nº 115/2010, cujo teor registrou de forma equivocada, o percentual de custeio do Município de Araguaína em 22%(Vinte e dois por cento), quando deveria ser 16%(Dezesseis por cento), a qual vigorou no período compreendido entre novembro de 2010 a agosto de 2019.

Sendo constatado o equívoco no percentual da alíquota, foi editado o Decreto Municipal nº 162, de 08 de agosto de 2019, revogando o Decreto Municipal nº 115/2010, o que resultou na diferença de alíquota de 6%(Seis por cento), recolhida no período compreendido entre novembro de 2010 a agosto de 2019, considerada indevida nos termos da Consulta SPREV-Secretaria de Políticas de Previdência Social, GESCON L. 023263/2019.

As Planilhas de Cálculo apresentadas a este Instituto, registram as diferenças de custeio do Ente, pagas a maior, em razão da majoração de 6%(Seis por cento), correspondente ao valor de R\$ 77.834.267,72 do Ente e no valor de R\$ 456.462,26 da Câmara Municipal, totalizando R\$ 78.290.729,98, atualizados pelo IPCA até 31 de outubro de 2019, acrescido de juros de 1%(Hum por cento) ao mês e multa de 2%(Dois por cento), nos termos do previsto no art. 1º, § 2º, da Lei Municipal nº 3.045 de 03 de julho de 2017.

Referidas Planilhas ainda registram que os parcelamentos em atraso somam o valor de R\$ 14.754.633,86, devidamente atualizado até 17-10-2019, pelo que, deduzindo os valores devidos pelo Município de Araguaína a este Instituto no valor de R\$ 34.562.973,26, do montante apurado de R\$ 78.290.729,98, ainda se constata um crédito a ser repassado ao Município, no valor de R\$ 43.727.756,72.

Em razão das Planilhas de Cálculos apresentadas pela Secretaria Municipal da

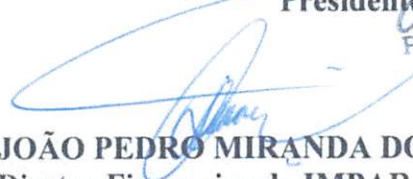
Fazenda, foi convocada por este Instituto, uma Reunião Extraordinária com o Conselho Deliberativo, colocando em pauta o Encontro de Contas entre o Ente e este Instituto, o qual deliberou e reconheceu o equívoco na majoração de 6%(Seis por cento) da alíquota, mas solicitou a análise das Planilhas de Cálculos pela Diretoria Executiva deste Instituto para as devidas conferências, e emissão do Parecer definitivo sobre os eventuais valores devidos.

Os cálculos apresentados foram conferidos e anuídos por esta Diretoria Executiva, conforme constam nas Planilhas de Cálculos anexas e serão encaminhadas à Secretaria de Previdência via GESCON, para conhecimento.

É o Parecer.



**CARLOS MURAD**  
Presidente do IMPAR  
Presidente do IMPAR  
Portaria nº 473/2017



**JOÃO PEDRO MIRANDA DOS REIS**  
Diretor Financeiro do IMPAR

João Pedro Miranda dos Reis  
Diretor Financeiro do IMPAR  
Portaria nº 461/2017



**OSANAN MOURA DOS SANTOS**  
Diretor Administrativo do IMPAR

Osanan Moura dos Santos  
Diretor Administrativo do IMPAR  
Portaria nº 462/2017

# DOC.27

- Ofício SEFAZ nº 509/2019

**OFÍCIO SEEFZ Nº509 / 2019**

Araguaína /TO, 04 de novembro de 2019.

A sua Senhoria, o Senhor

**CARLOS MURAD**

Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do Município de Araguaína – TO

**Assunto: Encontro de contas**

Senhor Presidente,

Após cumprimentos cordiais, o município de Araguaína ratifica os valores apresentados através do OFÍCIO 496/2019, reconhecidos pelo Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do Município de Araguaína e anuídos pela diretoria executiva do ente através do PARECER Nº 057/2019.

Conforme informado, as diferenças de alíquota de contribuições de custeio do Ente, pagas a maior em razão da majoração de 6%(Seis por cento), correspondem ao valor de R\$ 77.834.267,72 do Ente e ao valor de R\$ 456.462,26 da Câmara Municipal, totalizando R\$ 78.290.729,98, atualizados pelo IPCA até 31 de outubro de 2019, acrescido de juros de 1% (Um por cento) ao mês e multa de 2%(Dois por cento), nos termos do previsto no art. 1º, § 2º, da Lei Municipal nº 3.045 de 03 de julho de 2017.

As planilhas enviadas e anuídas pelo IMPAR registram crédito a ser devolvido ao Município; a forma de devolução proposta pelo município é a seguinte:

1. Quitação das Contribuições do Ente no valor de R\$ 20.448.355,10, referentes as competências compreendidas entre agosto de 2018 a outubro de 2019;
2. Quitação de parcelas vencidas do parcelamento nº 02259/2017 no valor de R\$ 7.812.377,45;
3. Quitação total do parcelamento nº 00540/2017 R\$ 4.523,082,38;
4. Quitação total do parcelamento nº 02094/2017 R\$ 30.383.721,85;
5. Devolução em espécie no valor de 15.123.193,20 aos cofres do Tesouro municipal através de depósito em conta a ser especificada pelo município

Perfazendo um total de R\$ 78.290.729,98, conforme tabela anexa.

Disponíveis para outros esclarecimentos, que eventualmente ocorram,  
reitero os protestos de estimas e distintas considerações.

Atenciosamente,



**FABIANO FRANCISCO DE SOUZA**  
Secretário Municipal da Fazenda  
Portaria:004/17

Robiano Francisco de Souza  
Secretário Municipal da Fazenda  
Portaria:004/2017

IMPAR - INST. DE PREV. SERV. MUN. ARAGUAÍNA  
Recabi Em. 041 11.19 às 18:57 hs.



## VALORES A COMPENSAR

Mês/ano	CONTRIBUIÇÕES	PARCELAMENTOS		
		Mês/ano	02259/2017	00540/2017
ago/18	1.266.926,74			
set/18	1.271.481,30			561.472,86
out/18	1.259.963,41		108.839,54	559.343,77
nov/18	1.253.628,91	617.979,88	108.819,10	557.128,62
dez/18	2.485.498,52	615.513,26	108.798,74	554.943,99
jan/19	1.251.729,08	613.009,45	108.776,90	552.714,09
fev/19	1.268.772,45	607.944,19	108.749,27	550.430,19
mar/19	1.270.909,71	605.323,17	108.719,42	548.100,01
abr/19	1.360.990,36	602.683,42	108.679,61	545.717,71
mai/19	1.311.003,45	599.947,95	108.634,54	543.238,68
jun/19	1.299.755,13	597.129,61	108.591,53	540.701,84
jul/19	1.288.042,28	594.275,76	108.529,35	538.171,90
ago/19	1.294.035,29	591.386,74	108.474,13	535.500,03
set/19	1.294.035,29	588.371,29	107.337,75	517.309,96
out/19	1.271.583,18			
<b>Total</b>	<b>20.448.355,10</b>	<b>7.812.377,45</b>	<b>1.302.949,88</b>	<b>7.104.773,65</b>

TOTAL GERAL

36.668.456,08


parcelas		30	45
saldo devedor		3.220.132,50	23.278.948,20

Devolução em espécie no valor de R\$	15.123.193,20
--------------------------------------	---------------

Perfazendo um total de R\$	78.290.729,98
----------------------------	---------------

  
**Fabiano Francisco de Souza**  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 Portaria:004/2017

IMPAR - INST. DE PREV. SERV. MUN. ARAGUAÍMA  
 Recebi Em. 04/11/19 às 18:57hs.



# DOC.28

- Ata de Reunião Extraordinária

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
DIA 05 DE NOVEBRO DE 2019

Ata de reunião extraordinária do Instituto de Previdência, realizada aos 05 dias do mês de novembro na sala de reuniões, cito a Rua José de Brito nº 158, Setor Anhanguera em Araguaína – TO.

Foram convocados todos os Conselheiros do Conselho Deliberativo, porem os representantes dos Servidores ligados ao Sintet Silvinha e Sua Suplente Rosy Franca mesmo contatados não compareceram.

Reunião convocada pelo ofício nº 296/2019 de 14 de junho de 2019. A presente reunião tem como pauta principal tornar conhecido aos conselheiros deliberativo, o **encontro de contas entre o Ente e o Impar**, proveniente da revogação do Decreto 115 de 2010, e Lei Municipal 2324 de 2014 em vigor. A pauta atenderá as informações do ofício n 509/2019 da Secretaria da Fazenda Municipal de 04 de novembro de 2019, descrita abaixo: Quitação de contribuições do Ente, quitação de parcelas vencidas de parcelamento, quitação total de parcelamento, devolução em espécie aos cofres municipais. Os valores serão apresentados durante reunião e serão descritos nesta Ata.

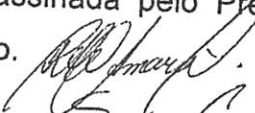

Assim, o presidente declara a reunião aberta e passa a fazer a leitura do ofício da secretaria da Fazenda, expondo o assunto em tela e as planilhas anexas. Os valores são os descritos abaixo:

- 1- Quitação das contribuições do Ente no valor de R\$ 20.448.355,10, referente as competências compreendidas entre agosto de 2018 a outubro de 2019.
- 2- Quitação de parcelas vencidas do parcelamento n 02259/2017 no valor de R\$7.812.377,45;
- 3- Quitação total do parcelamento n 00540/2017 R\$4.523.082,38;
- 4- Quitação total do parcelamento n 02094/2017 R\$30.383.721,85;

5- Devolução em espécie no valor de R\$15.123.193,20 aos cofres do Tesouro municipal através de depósito em conta a ser especificada pelo município. Perfazendo um total de R\$78.290.729,98, conforme tabela anexa.

Ante ao exposto os Conselheiros concordam com os valores expostos nos itens 1 a 4, porém, elaboraram uma contraproposta por unanimidade do item 5, nas seguintes bases:

Ao invés da devolução em espécie do valor de R\$15.123.193,20 aos cofres do Tesouro Municipal, que este montante seja amortizado mensalmente através dos repasses patronais a serem efetuados pelo Município até sua quitação do saldo remanescente, iniciando se em novembro do 2019, pelo critério de competência. Rita de Cassia sugere o envio da decisão tomada em reunião a Secretaria de Previdência Social - Ministério da Economia para fins de informações. Nada mais havendo a tratar a presente Ata será assinada pelo Presidente do Conselho Deliberativo e seus respectivos Conselheiro.

*São assinados em*    
*em* 